

2016

OS DESAFIOS DA META 8 DO PNE JUVENTUDE, RAÇA/COR, RENDA E TERRITORIALIDADE

Robson dos Santos

PNE EM MOVIMENTO

2



INEP

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

ISSN 2448-4288
ISSN 2448-4296
On-line

Presidência da República Federativa do Brasil

Ministério da Educação | **MEC**

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educaçionais Anísio Teixeira | **Inep**

Diretoria de Estudos Educacionais | **Dired**

PNE EM MOVIMENTO 2

**OS DESAFIOS DA META 8
DO PNE
Juventude, raça/cor,
renda e territorialidade***

Robson dos Santos



COMITÊ EDITORIAL

Alexandre José de Souza Peres (Inep)

Ana Cristina Murta Collares (UnB)

Eloisa Maia Vidal (UECE)

PNE EM MOVIMENTO 2

OS DESAFIOS DA META 8 DO PNE Juventude, raça/cor, renda e territorialidade*

Robson dos Santos**

* O trabalho ampara-se e dá sequência ao texto relativo à Meta 8, que consta na Linha de Base do PNE, publicada pelo Inep em 2015.

** Graduado em Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Mestre e doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador-Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais (Inep).

Brasília-DF
Inep/MEC
2016





Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

ASSESSORIA TÉCNICA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Clara Etiene Lima de Souza clara.souza@inep.gov.br

Roshni Mariana de Mateus roshni.mateus@inep.gov.br

EDITORIA EXECUTIVA

Elenita Gonçalves Rodrigues elenita.rodrigues@inep.gov.br

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO

Jair Santana Moraes

PROJETO GRÁFICO/CAPA

Raphael Caron Freitas

DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL

Érika Janaína de Oliveira Saraiva Santos

CATALOGAÇÃO

Elisângela Dourado Arisawa

TIRAGEM

1.000 exemplares

EDITORIA

Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Setor de Indústrias Gráficas – Quadra 04 – Lote 327, Térreo, Ala B

CEP 70610-440 – Brasília-DF – Brasil

Fones: (61) 2022-3070

editoracao@inep.gov.br

DISTRIBUIÇÃO

Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Setor de Indústrias Gráficas – Quadra 04 – Lote 327, Térreo, Ala B

CEP 70610-440 – Brasília-DF – Brasil

Fones: (61) 2022-3062

publicacoes@inep.gov.br - <http://www.publicacoes.inep.gov.br>

A exatidão das informações e os conceitos e opiniões emitidos
são de responsabilidade dos autores.

ESTA PUBLICAÇÃO NÃO PODE SER VENDIDA. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.
PUBLICADA EM 2016.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Santos, Robson.

Os desafios da meta 8 do PNE : juventude, raça/cor, renda e territorialidade / Robson Santos. — Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016.

48 p. il. -- (PNE em Movimento, ISSN 2448-4288 ; 2)

doi: 10.24109/2448-4296.seriepne.2016.2

1. Plano Nacional de Educação. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Aluno Negro.
I. Título.

CDU 374.7(81)

SUMÁRIO

Lista de gráficos e tabelas.....	7
Resumo.....	9
Introdução.....	11
1. Características demográficas da população entre 18 e 29 anos.....	14
2. A escolaridade média da população de 18 a 29 anos e suas diferenças regionais.....	18
3. A escolaridade média dos jovens residentes nas áreas rurais.....	22
4. Desigualdades de renda e desigualdades escolares da população de 18 e 29 anos	25
5. A razão entre a escolaridade média de negros e não negros	29
6. Breve perfil da população de 18 a 29 anos que não possui 12 anos de escolaridade	34
Considerações finais.....	37
Referências bibliográficas	39
Anexos	43
Instruções aos colaboradores da Série PNE em Movimento.....	47

LISTAS DE GRÁFICOS E TABELAS



GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição populacional na faixa etária de 18 a 29 anos por Grande Região – 2013.....	14
Gráfico 2 – Distribuição etária da população brasileira por idade completa – 2004-2013	15
Gráfico 3 – Percentual da população brasileira na faixa etária de 18 a 29 anos por “negros” e “não negros”	18
Gráfico 4 – Evolução da escolaridade média (em anos de estudo) da população entre 18 e 29 anos e projeção de crescimento – Brasil.....	20
Gráfico 5 – Escolaridade média (em anos de estudo) da população entre 18 e 29 anos – Brasil e Grandes Regiões (2004-2013).....	20
Gráfico 6 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente no campo e projeção de crescimento – Brasil (2004-2024).....	23
Gráfico 7 – Escolaridade média da população 18 a 29 anos por sexo e localização de residência.....	25

Gráfico 8 – Escolaridade média (em anos de estudo) da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres e projeção de crescimento – Brasil (2004-2024)	26
Gráfico 9 – Escolaridade média para a população na faixa etária de 18 a 29 anos por grupos de renda – Brasil	29
Gráfico 10 – Evolução e projeção de crescimento da razão entre a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, negros e não negros	32
Gráfico 11 – Escolaridade média (em anos de estudo) da população de 18 a 29 anos, negros e não negros – Brasil	32
Gráfico 12 – Percentual da população de 18 a 29 anos que possui e que não possui 12 anos de escolaridade – Brasil	34
Gráfico 13 – Percentual da população de 18 a 29 anos que possui e da que não possui 12 anos de escolaridade – Brasil, por localização (urbano e rural)	35

TABELAS

Tabela 1 – Percentual da população de 18 a 29 anos no Brasil por localização de residência	16
Tabela 2 – Distribuição percentual da população na faixa etária de 18 a 29 anos – Brasil, por raça/cor	16
Tabela 3 – Média de anos de estudo da população entre 18 e 29 anos – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	21
Tabela 4 – Média de anos de estudo para a população entre 18 e 29 anos residente na área rural – Grandes Regiões e Unidades da Federação	24
Tabela 5 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres por Grande Região e Unidade da Federação	27
Tabela 6 – Razão entre a escolaridade média da população “negra” e “não negra” de 18 a 29 anos – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação (em %)	30
Tabela 7 – Escolaridade média (em anos estudo) da população negra e não negra na faixa etária de 18 a 29 anos por Unidade da Federação (2004-2013).....	33
Tabela 8 – Percentual da população de 18 a 29 anos que possui 12 anos de escolaridades por localização, sexo e raça	35



RESUMO

A Meta 8 do Plano Nacional de Educação (PNE) tem como foco ampliar a escolaridade média da população de jovens e adultos com idade entre 18 e 29 anos. Essa intencionalidade se depara com a diversidade de condições que caracterizam esse grupo etário. A meta incorpora a complexidade desse segmento ao delimitar não apenas objetivos gerais, mas, também, específicos para os jovens do campo, da região de menor escolaridade, para os negros e para os de menor renda. O objetivo desse texto consiste em descrever a situação educacional dos jovens entre 18 e 29 anos, por meio de dois indicadores educacionais e suas desagregações por sexo, Grandes Regiões e Unidades da Federação, de modo a explicitar em quais contextos e entre quais grupos o alcance da meta enfrenta os principais desafios para ser realizado. Além disso, o texto apresenta projeções de crescimento dos indicadores amparadas nos dados anteriormente observados, de forma a abalizar se as tendências recentes, a partir do ano de 2004, apontam para o alcance ou não dos objetivos da meta.

Palavras-chave: PNE; juventude; negros; rural; renda; educação.

ABSTRACT

The Brazilian National Education Plan (PNE) presents a central concern in broadening the educational achievement for the population between 18 and 29 years old. This intention

is challenged by the diversity of conditions that characterize the Brazilian youth. The Target 8 of PNE takes into account the complexity of this group by also defining specific objectives to the educational achievement of the youth living in rural areas, blacks and of the lower income strata. This paper aims to describe and analyze the educational situation of Brazilian youth between 18 and 29 years, through two educational indicators and breakdowns by gender, region of the country and states, in order to explain in what contexts and among which groups the government and the society will face more challenges to fulfill Target 8. In addition, the text incorporates growth projections based in previously observed data in order to assess if the trend of indicators from 2004 to 2013 points to the achievement of the target.

Keywords: PNE; youth; blacks; countryside; income; education.

INTRODUÇÃO

A Meta 8 do Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, toma a população de 18 a 29 anos como prioritária para as suas ações. Ao propor a elevação da escolaridade média dos jovens, tendo em conta suas diferenças raciais, territoriais e de renda, ela incorpora uma explícita preocupação em reduzir as desigualdades educacionais que diferenciam esses grupos, ao passo que sustenta a necessidade de que as políticas considerem a diversidade que distingue tal grupo etário e enfrentem as condições de exclusão de amplos setores dessa população.

O grupo na faixa etária de 18 a 29 anos engloba o que o *Estatuto da Juventude* (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013) definiu como jovens. A juventude, conceito por si bastante complexo, possui características e problemas singulares, bem uma composição socioeconômica heterogênea.

As concepções de jovens, jovens e adultos e juventude, que aparecem na Meta 8,¹ constituem recursos de classificação comumente mobilizados pela legislação, pelas políticas públicas e pelos movimentos sociais. Por isso, sob tais designações, incorrem diversos significados, que assumem sentidos plurais em função das

¹ O texto do PNE relativo à Meta 8 mobiliza as categorias de jovens, jovens e adultos e juventude. Trata-se de concepções dotadas de complexidades que não podem ser restritas às dimensões etárias e biológicas. Em muitos casos, o que se persegue é uma marcação de limites inferiores e superiores de corte que, apesar de sua operacionalidade, não esgota as compreensões sobre jovens e juventude. As diferenças delimitadoras expressam parte da complexidade inerente ao debate: a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) adotam a faixa de 18 a 24 anos. O Estatuto da Juventude brasileiro delimita a faixa entre 15 e 29 anos.

culturas, dos contextos históricos e também em relação a outros grupos etários; daí a necessidade de se ter em conta que se configuram como “juventudes”, diante das quais as políticas devem se pautar por uma perspectiva de alteridade frente aos demais grupos sociais. Afinal, a juventude pobre experimenta condições sociais e de acesso educacional diversa daquela vivenciada pelos de maior renda; aqueles que residem no campo lidam com desafios e assumem identidades distintas daquelas dos jovens que vivem nas áreas urbanas, mais especificamente, nos grandes centros; os jovens negros apresentam, no geral, condições socioeconômicas distintas das experimentadas pelos que se declaram brancos.

A noção de juventude explicitada nos marcos legais, por sua vez, delimita um intervalo de idade que assume sentido quando tomado em relação às outras faixas etárias. Até recentemente, juventude abarcava os grupos entre 15 e 24 anos.² Atualmente, sobretudo depois da publicação do *Estatuto da Juventude*, a categoria passou a englobar, do ponto de vista legal, a população de 15 a 29 anos, estabelecendo, inclusive, uma distinção entre os jovens-adolescentes, de 15 a 18 anos, e os jovens com idade acima de 18 até 29 anos de idade.

Além do *Estatuto da Juventude*, é relevante ter em conta, para a compreensão da Meta 8, a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que aprova o *Estatuto da Igualdade Racial* e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), sobretudo em seu artigo 37, que trata da educação de jovens e adultos.

O artigo 7º do *Estatuto da Juventude* registra que o jovem tem direito à educação, realizada por meio de uma trajetória regular no processo escolar e com a garantia de aprendizado ao longo da educação básica. Além disso, a referência legal ressalta a importância de políticas direcionadas aos que não tiveram acesso à educação básica na idade considerada adequada.³

O *Estatuto da Igualdade Racial*, por sua vez, traz uma referência importante para o acompanhamento da Meta 8, ao formalizar definição comum no campo acadêmico e dos movimentos sociais, da população negra como: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme seu artigo 1º. O Estatuto se direciona para o enfrentamento das situações injustificadas de diferenciação de acesso aos bens, serviços e oportunidades, em virtude de raça, cor, descendência ou origem étnica. Aponta ainda, em seu artigo 10º, inciso IV, a necessidade de que sejam implantadas políticas para o fortalecimento e a efetivação

² O projeto de lei do PNE enviado ao Congresso pelo Executivo Federal adotava, inclusive, a faixa dos 18 aos 24 anos de idade como foco. A alteração para 29 anos resultou de mudança no texto motivada pelo Estatuto da Juventude.

³ Segundo a LDB, a educação básica obrigatória e gratuita ocorrerá dos 4 aos 17 anos de idade. Dessa forma, os jovens que não integralizarem a educação básica nesse período serão considerados em situação de distorção da idade-série. O Inep disponibiliza o indicador sobre distorção idade-série para todos os anos da educação básica: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>.

da igualdade de oportunidades da juventude negra brasileira diante dos demais grupos étnico-raciais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reserva a Seção V, do Capítulo II, para definir a educação de jovens e adultos e registrar a exigência de que os sistemas de ensino adotem políticas específicas para as populações que não tiveram acesso ao processo de escolarização regular, sobretudo, conforme o § 1º, por meio da oferta gratuita de oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

É nesse contexto que a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o PNE, irrompe como um marco fundamental para a efetivação de direitos educacionais para a população jovem. Sua composição sintetiza proposições existentes em diversas referências legais, além das aqui enunciadas, e incorpora proposições oriundas dos movimentos sociais. Como define o texto do PNE, a Meta 8 tem como objetivos:

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Lei do PNE).

A meta pauta-se, ainda, por seis estratégias que devem concretizar ações que perpassam por: correção do fluxo escolar; fortalecimento de programas de Educação de Jovens e Adultos; ampliação do acesso aos exames de certificação; expansão da oferta gratuita de educação profissional; apoio aos entes federativos para a garantia de frequência e busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social.

O objetivo deste texto, que da sequência ao da *Linha de Base* da Meta 8,⁴ consiste em analisar a situação do grupo de 18 a 29 anos por meio de indicadores sobre a escolaridade média (em anos de estudo) e sobre a razão entre a escolaridade de “negros” e dos “não negros”. Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), uma das bases de referência para o acompanhamento do PNE, inicialmente é apresentado um breve perfil demográfico da população selecionada. Na sequência, são descritas as tendências recentes dos indicadores, em uma série histórica de 2004 até 2013, desagregados por raça, sexo, renda, regiões e Unidades da Federação, para apoiar a compreensão acerca das diferenças no interior da juventude. Além disso, são disponibilizadas projeções de crescimento dos indicadores para o período de vigência do Plano (2014-2024), frente a seus objetivos.

O texto constitui uma produção com responsabilidade individual do autor e visa colaborar com a produção de estudos sobre a execução das metas do Plano e aferir sua evolução, apoiando o Inep na tarefa que o PNE lhe atribui em seu artigo 5º.

⁴ Disponível em: <www.inep.gov.br>.

1 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO ENTRE 18 E 29 ANOS

A população brasileira na faixa etária de 18 a 29 anos englobava, em 2013, um contingente de 38.367.179 pessoas, o que representava pouco mais de 19% do total da população do País. Em 2004, a população nessa faixa etária era de 39.222.144 de pessoas. O maior contingente populacional desse grupo se concentrava na Região Sudeste (41%), enquanto o Nordeste (28%) comportava o segundo maior quantitativo (Gráfico 1). Em termos relativos, a região Norte possui uma participação percentual maior da população entre 18 e 29 anos, 21% do total de habitantes, enquanto na região Sul, o grupo representava 18% do total.

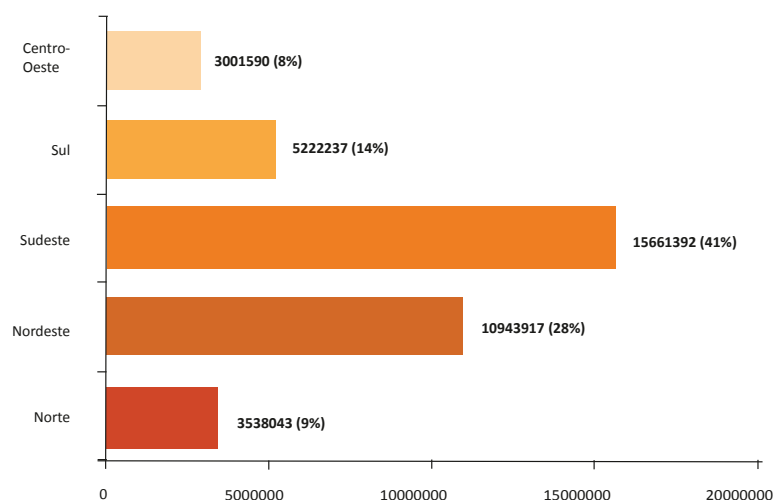


GRÁFICO 1 Distribuição populacional na faixa etária de 18 a 29 anos por Grande Região – 2013

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborado pela Dired/Inep.

As projeções populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a próxima década indicam uma pequena redução do total dessa população. Segundo o IBGE, em 2024, a população de 18 a 29 representará 18,6% da população brasileira.⁵ Segundo Borges *et al.* (2015), a diminuição da participação desse contingente no total da população reflete, entre outros fatores, a queda da fecundidade no passado recente. Além disso, o autor ressalta que sobre esse grupo recaem os efeitos mais diretos da violência, que tem impacto nas taxas de mortalidade, sobretudo em função de óbitos decorrentes

⁵ Ver projeções populacionais do IBGE: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>.

de causas externas, como homicídios e acidentes de trânsito, que são maiores quando comparadas a outras faixas etárias (Borges, 2015).

É possível visualizar, em uma comparação entre 2004 e 2013, que ocorreu um processo de redução da população com menos de 18 anos – o que irá impactar o total de jovens entre 18 e 29 anos –, bem como ampliação dos grupos com mais de 40 anos de idade (Gráfico 2).

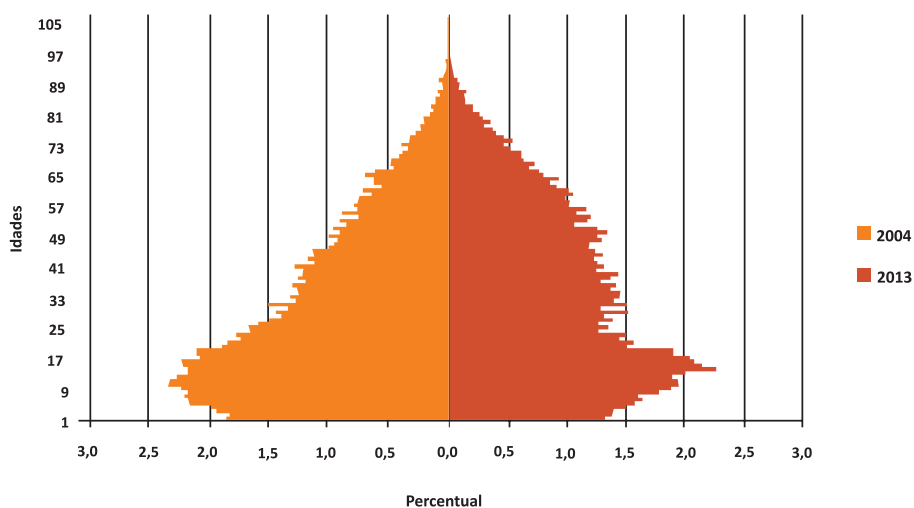


GRÁFICO 2 Distribuição etária da população brasileira por idade completa – 2004-2013

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborado pela Dired/Inep.

Ao observar a distribuição populacional a partir da sua localização de residência, percebe-se a prevalência da juventude vivendo nas áreas urbanas, como ocorre no conjunto da população brasileira. Em 2013, 86,3% dos jovens na faixa etária de 18 a 29 anos viviam nas cidades. Entre os jovens de 18 a 29 anos, os que viviam no campo representavam, em 2004, 16,1%; em 2013, a Pnad captou a diminuição desse percentual para 13,7%, como elucida a Tabela 1. Nota-se a tendência ao decréscimo no percentual de jovens no campo.⁶ Esse viés de redução é menor ao observado em décadas anteriores, sobretudo em relação à fase de industrialização e urbanização aceleradas que se verificou no país até meados da década de 1970 e que teve forte impacto na conformação geográfica e na estruturação dos sistemas de ensino.

⁶ Tal fenômeno se associa, entre outros elementos, ao processo de mecanização e de avanços tecnológicos da agricultura, que reduz a absorção da mão de obra, implicando “forte queda na participação de jovens no total de ocupados” (Dieese, p. 21, 2014).

TABELA 1 Percentual da população de 18 a 29 anos no Brasil por localização de residência

Localização	Anos								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Urbana	83,9	83,9	84,4	84,5	84,8	85,4	86,9	86,2	86,3
Rural	16,1	16,1	15,6	15,5	15,2	14,6	13,1	13,8	13,7

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborado pela Dired/Inep.

É importante ressaltar que algumas investigações já têm problematizado a classificação adotada para rural e urbano no Brasil. Veiga (2006), Bacelar (2014) e Valadares (2014) apresentam resultados de estudos sobre o rural e o urbano no Brasil que mostram que o percentual da população no campo pode ser maior, ao se considerar as configurações contemporâneas desse espaço e os novos arranjos produtivos que se delinearam nas últimas décadas (Buainain *et al.*, 2014).

Os referidos autores propõem formas de classificação para o local de residência que considerem a densidade demográfica dos municípios, as condições de residência a partir de sua conexão produtiva e social com a agricultura e a agropecuária, assim como a distância em relação aos centros urbanos regionais que concentram serviços. Desse modo, apesar do uso consolidado da classificação rural e urbano nas classificações oficiais, é preciso ter em conta que a distribuição territorial da população possui complexidades que precisam ser consideradas pelas políticas educacionais, para além das versões dicotômicas. Assim, o contingente e as características da população atualmente classificada como urbana, mas que possui fortes ligações produtivas, sociais e culturais com o campo, pode ser maior, a depender das opções metodológicas da classificação, e isso possui impactos sobre as políticas educacionais.⁷

Do ponto de vista da classificação por raça/cor, a população brasileira de 18 a 29 anos se concentrava, em 2013, nos grupos brancos e pardos e possuía a seguinte distribuição, como informa a Tabela 2.

TABELA 2 Distribuição percentual da população na faixa etária de 18 a 29 anos – Brasil, por raça/cor

Cor/raça	Anos								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Indígena	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4
Branco	49,1	47,7	47,6	47,1	46,7	46,8	45,7	44,6	43,8
Preto	6,3	6,8	7,4	8,1	7,4	7,4	8,8	8,5	8,4
Amarelos	0,4	0,5	0,5	0,6	0,5	0,4	0,5	0,5	0,4
Parda	44,1	44,9	44,3	43,9	45,1	45,2	44,6	46,2	47,0

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborada pela Dired/Inep.

⁷ No caso da análise educacional, é importante ter em conta ainda que a escola do campo inclui aquelas situadas em áreas rurais, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo, como estabelece o Decreto nº 7.352, de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

É importante destacar que no Instrumento de Coleta da Pnad de 2013 foram apresentadas para os respondentes no item “cor ou raça” as seguintes opções de resposta: branca, preta, amarela (incluindo nessa categoria a pessoa que se declarou de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda (incluindo-se nesta categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) ou indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou indígena ou índia).

As categorias utilizadas pelo IBGE são aplicadas por meio dos métodos de autodeclaração ou por heterodeclaração (Osório, 2003). Na primeira situação, o informante, a pessoa de referência, declara diretamente sua raça/cor; na segunda, responde pelos outros indivíduos do domicílio. É preciso ter em conta que “negros” e “não negros”, categorias utilizadas pelo PNE, irrompem como construções analíticas distintas daquelas que foram captadas pelo instrumento de coleta.

Em relação à composição de raça/cor da população, é relevante notar uma ampliação do percentual tanto de pretos quanto de pardos, que passam de 6,3% e 44,1%, em 2004, para 8,4% e 47,0%, em 2013, respectivamente. Diversos fatores podem se relacionar a essa situação, a exemplo das próprias margens de erro amostral da pesquisa. Isso pode não ser explicação suficiente quando se considera a redução de 5,3 pontos percentuais (p.p.) daqueles que se declaram brancos. Pesquisas detalhadas podem auxiliar a compreender se o que ocorre é um processo atribuível exclusivamente às mudanças no crescimento vegetativo da população (negativo e positivo) ou à captação de alterações na autodeclaração e heterodeclaração dos sujeitos, que refletem as políticas afirmativas de valorização das culturas e identidades e que ampliariam o contingente dos que passaram a se afirmar como pretos e pardos. De qualquer modo, as políticas de inclusão educacional devem levar em conta essas mudanças, sobretudo em um contexto no qual as ações afirmativas irrompem como parte das estratégias para a desconstrução das desigualdades existentes no País entre os grupos de raça/cor.

O PNE optou por adotar, na Meta 8, uma agregação das classificações do IBGE (preto, pardo, branco, amarelo e indígena) em dois grandes grupos, “negros” e “não negros”. Ao realizarmos a agregação por “negros” (pretos e pardos) e “não negros” (brancos, amarelos e indígenas), a distribuição populacional em 2013 registrou 55,4% de “negros” e 44,6% de “não negros”, conforme a Pnad. Quanto à composição demográfica desses grupos, o Gráfico 3 ilustra as tendências recentes na composição dos grupos raciais a partir da agregação “negros” e “não negros”, em que tem destaque a ampliação da população negra desde 2004.

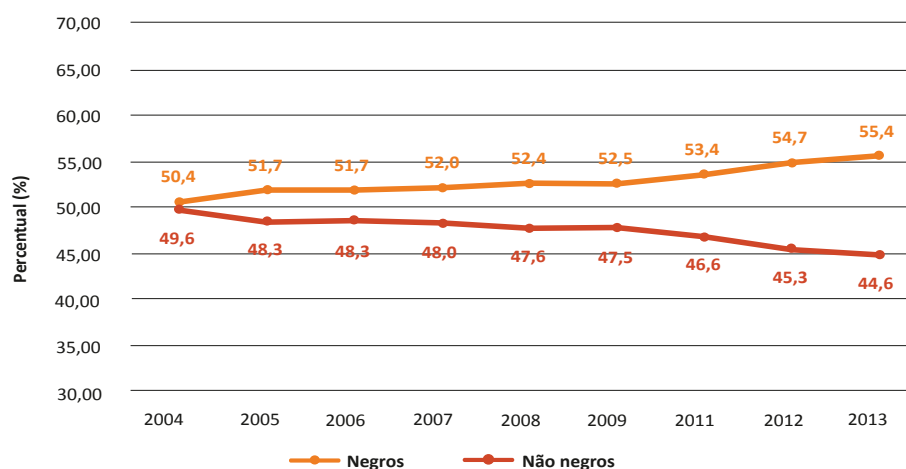


GRÁFICO 3 Percentual da população brasileira na faixa etária de 18 a 29 anos por “negros” e “não negros”

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborado pela Dired/Inep.

O que esses dados demográficos nos informam, em linhas gerais, é que a população de 18 a 29 anos de idade se concentra nas Regiões Sudeste (41%) e Nordeste (28%), nas áreas urbanas (86,3%), é predominantemente negra (55,4%) e apresenta tendência de redução frente aos grupos mais velhos na próxima década.

2 A ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS E SUAS DIFERENÇAS REGIONAIS

O indicador adotado para aferir a desigualdade educacional entre os jovens de 18 a 29 anos se refere à escolaridade média, que é calculada a partir da variável “anos de estudo”, constante na Pnad. O indicador visa traduzir a evolução geral dos anos de estudo que os indivíduos possuem, bem como o alcance de níveis mais elevados, como o término do ensino fundamental, médio e superior. Médias maiores significam o alcance de níveis mais elevados de escolarização, não simplesmente tempo de permanência na escola.⁸ Além disso, indicam a existência de uma trajetória de distorção idade-série menor

⁸ “A classificação segundo os anos de estudo foi obtida em função da série e do nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou que havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondeu a um ano de estudo. A contagem dos anos de estudo teve início em um ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental, de primeiro grau ou elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior de

nos anos anteriores, pois, caso o indivíduo termine a educação básica antes dos 18 anos, ele adentrará nessa faixa etária de 18 a 29 anos já possuindo os 12 anos de escolaridade que, a partir de 2006 – com a entrada em vigência da Lei nº 11.274, que instituiu o ensino fundamental de 9 anos, em adição aos três anos do ensino médio –, passou a corresponder à educação básica completa. A fórmula de cálculo para o indicador, que pode ser aplicado em cada uma das desagregações, é a seguinte:

$$\frac{\text{ soma dos anos de estudos das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade}}{\text{ população de 18 a 29 anos de idade}}$$

A fonte de dados utilizada foi a Pnad, pois ela permite obtenção de dados sobre os indivíduos que estão fora da escola. A série histórica selecionada estende-se de 2004, ano no qual a pesquisa passa a abranger a área rural da Região Norte, até o ano 2013.

É importante registrar que, em um período de 10 anos, a escolaridade média da população de 18 a 29 anos se ampliou em 1,5 anos, passando de 8,3 anos, em 2004, para 9,8 anos, em 2013. Nesse contexto, o esforço requerido pelo PNE pressupõe que, entre 2014 e 2024, a escolaridade média (em anos de estudo) se amplie em 2,2 anos, de forma a atingir os 12 anos. Em se mantendo o mesmo ritmo registrado na última década, existe o risco de a meta não ser alcançada.

O Gráfico 4 apresenta a evolução da escolaridade média para o Brasil entre 2004 e 2013, uma projeção do que será atingido, considerando exclusivamente o ritmo de crescimento observado e o crescimento necessário para que a meta seja efetivamente atingida. Em nível geral, a tendência de crescimento pode conduzir a média para 12 anos, considerando o intervalo de confiança do modelo de projeção.⁹

graduação. As pessoas com informações que não permitissem sua classificação foram reunidas no grupo de anos de estudo “não determinados”. Tendo em vista o período de transição da mudança da duração do ensino fundamental, a classificação segundo os anos de estudo foi construída de forma a harmonizar a duração do ensino fundamental de 9 anos para 8 anos, o que possibilita a comparação dos resultados com os das pesquisas anteriores. Na contagem dos anos de estudo para o ensino fundamental com duração de 9 anos, a primeira série concluída com aprovação foi enquadrada em menos de um ano de estudo; a segunda série, em um ano de estudo, e assim, sucessivamente, até a nona série, classificada em 8 anos de estudo” (Notas Metodológicas Pnad, 2013).

⁹ Para a realização das projeções foi utilizado o método com suavização exponencial de *Holt-Winters*. “O método de suavização exponencial considera a tendência observada nos dados passados para projetar um cenário futuro, atribuindo maior peso às observações mais recentes em relação às observações mais antigas (Kelekar, 2004; Gardner, 2006). Conforme o tempo passa, a estatística suavizada se torna a média ponderada de um crescente número de observações passadas, e o peso atribuído às observações passadas são proporcionais aos termos de uma progressão geométrica $[1, (1 - a), (1 - a)^2, (1 - a)^3, \dots]$ $[1, (1 - a), (1 - a)^2, (1 - a)^3, \dots]$. Essa progressão geométrica é uma função exponencial, e por isso o nome suavização exponencial” (CASERO; SILVA FILHO, de 2015).

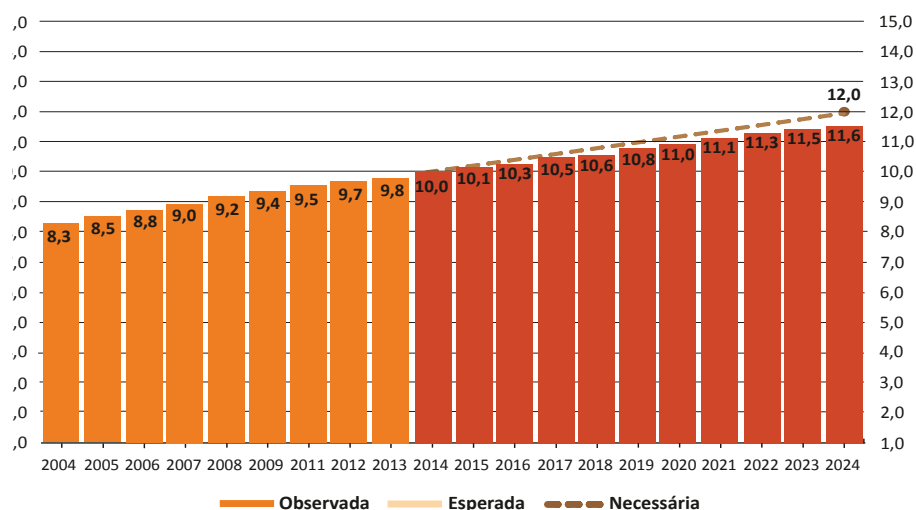


GRÁFICO 4 Evolução da escolaridade média (em anos de estudo) da população entre 18 e 29 anos e projeção de crescimento – Brasil

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborado pela Dired/Inep.

A tendência de aumento da escolaridade média que se apresentou no nível Brasil foi verificada em todas as Grandes Regiões do País (Gráfico 5), sendo o Nordeste a região que registrou a maior ampliação: 2 anos, passando da média de 7,0 anos, em 2004, para 9,0 anos, em 2013. Não obstante, continuava sendo a região com a menor escolaridade média do País para esse grupo etário, seguida pela Região Norte, com 9,1 anos. Tanto a Região Nordeste quanto a Norte se mantinham abaixo da média nacional de 9,8 anos de estudo, em 2013.

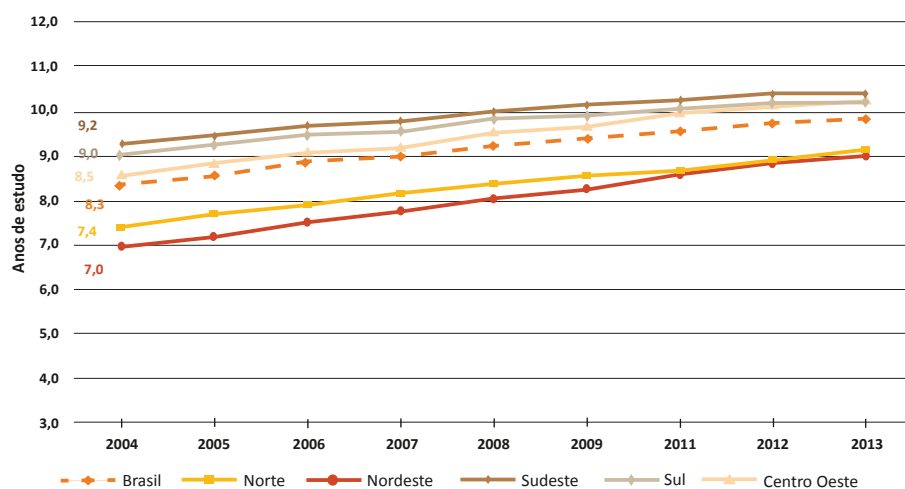


GRÁFICO 5 Escolaridade média (em anos de estudo) da população entre 18 e 29 anos – Brasil e Grandes Regiões (2004-2013)

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborado pela Dired/Inep.

A desagregação do indicador por Unidades da Federação, conforme Tabela 3, permite visualizar de forma mais detalhada os desequilíbrios atualmente existentes, que implicam desafios distintos para os sistemas de ensino dos estados. Note-se que, entre as Unidades da Federação do Sul e do Sudeste, todas já possuíam uma média maior do que aquela registrada para a nacional em 2013 (9,8 anos). Na Região Norte, por sua vez, apenas o Estado de Roraima (média 10,0) ocupava essa condição. Os estados do Nordeste encontravam-se todos abaixo da média registrada para o País.

TABELA 3 Média de anos de estudo da população entre 18 e 29 anos – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação (continua)

Região e UF	Anos								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
BRASIL	8,3	8,5	8,8	9,0	9,2	9,4	9,5	9,7	9,8
NORTE	7,4	7,7	7,9	8,1	8,3	8,5	8,6	8,9	9,1
Rondônia	7,7	7,6	7,8	8,5	8,4	8,9	9,1	9,1	9,2
Acre	6,7	7,2	7,4	8,0	8,1	8,3	8,5	8,9	8,7
Amazonas	8,0	8,4	8,4	8,7	8,5	8,9	8,7	9,0	9,3
Roraima	8,2	8,5	8,8	9,3	9,6	9,7	10,2	10,4	10,0
Pará	6,8	7,1	7,4	7,6	7,9	8,0	8,2	8,4	8,8
Amapá	8,5	9,0	9,5	9,2	9,6	9,3	9,7	9,6	9,8
Tocantins	7,9	8,3	8,2	8,6	9,2	9,5	9,4	9,5	9,7
NORDESTE	7,0	7,2	7,5	7,8	8,0	8,3	8,6	8,8	9,0
Maranhão	6,9	6,9	7,2	7,6	7,8	8,1	8,3	8,5	8,7
Piauí	6,5	6,7	7,2	7,3	7,5	8,1	8,5	8,6	8,9
Ceará	7,3	7,7	8,0	8,3	8,5	8,7	9,0	9,2	9,3
Rio Grande do Norte	7,2	7,6	7,9	7,9	8,3	8,2	9,0	9,2	9,4
Paraíba	6,4	6,8	7,0	7,3	7,8	7,9	8,4	8,8	9,1
Pernambuco	7,2	7,4	7,5	7,7	8,0	8,3	8,5	8,8	9,1
Alagoas	5,8	6,1	6,5	7,0	7,0	7,6	8,1	8,3	8,3
Sergipe	7,1	7,1	7,5	8,0	8,5	8,4	8,7	8,8	8,9
Bahia	7,0	7,3	7,7	7,9	8,2	8,3	8,6	8,9	8,9
SUDESTE	9,2	9,4	9,6	9,8	9,9	10,1	10,2	10,3	10,4
Minas Gerais	8,4	8,7	8,9	9,1	9,2	9,5	9,5	9,9	9,9
Espírito Santo	8,7	8,9	9,0	9,2	9,1	9,5	9,7	10,0	9,9
Rio de Janeiro	9,2	9,3	9,5	9,6	9,9	9,9	9,9	10,1	10,2
São Paulo	9,7	9,8	10,1	10,2	10,4	10,5	10,6	10,7	10,7
SUL	9,0	9,2	9,4	9,5	9,8	9,9	10,0	10,1	10,2
Paraná	9,0	9,3	9,5	9,6	9,8	9,9	10,0	10,2	10,2
Santa Catarina	9,0	9,5	9,5	9,5	10,0	10,1	10,3	10,3	10,4
Rio Grande do Sul	9,0	9,0	9,3	9,5	9,7	9,7	9,8	9,9	10,0

TABELA 3 Média de anos de estudo da população entre 18 e 29 anos – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação (conclusão)

Região e UF	Anos								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
CENTRO-OESTE	8,5	8,8	9,1	9,2	9,5	9,7	9,9	10,1	10,2
Mato Grosso do Sul	8,3	8,4	8,7	9,0	9,2	9,3	9,6	9,9	9,7
Mato Grosso	8,3	8,5	8,6	8,5	9,2	9,4	9,8	9,8	9,9
Goiás	8,3	8,7	9,0	9,1	9,4	9,5	9,8	10,0	10,3
Distrito Federal	9,4	9,9	10,0	10,2	10,4	10,6	10,7	10,9	11,1

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborado pela Dired/Inep.

3 A ESCOLARIDADE MÉDIA DOS JOVENS RESIDENTES NAS ÁREAS RURAIS.

A situação educacional dos jovens residentes no campo registra significativa desigualdade em comparação aos que habitam as áreas urbanas, o que reflete uma distribuição desigual no usufruto dos direitos sociais. O processo de ampliação do acesso à educação básica, as políticas de educação de jovens e adultos, o aumento do número de vagas no ensino superior, a melhoria nas condições do transporte escolar, as políticas de erradicação do trabalho infantil, a adoção de concepções pedagógicas de educação do campo etc. são algumas ações que na última década se voltaram para a melhoria da escolaridade dos jovens que vivem nas áreas rurais (Munarim, 2011).

Apesar das mudanças que podem ter sido acarretadas por políticas direcionadas às populações do campo, observa-se a permanência de padrões de reprodução das desigualdades, em função de diversos elementos, como as grandes distâncias territoriais, a inexistência de equipamentos públicos, a ausência de oportunidades econômicas, os baixos níveis de rendimento, a falta de acesso à terra, a redução de escolas em atividade,¹⁰ entre outros fatores que precisam ser abalizados com mais precisão.

Os dados da Pnad demonstram que, entre 2004 e 2013, ocorreu uma ampliação da escolaridade média tanto dos que vivem no campo como daqueles que vivem nas áreas urbanas. Mas essa redução na diferença na escolaridade média dos dois grupos não implicou que as populações de 18 a 29 anos do campo atingissem uma média de escolaridade similar à nacional. Em 2004, a diferença entre rural e urbano era de 3,3 anos e, em 2013, caiu para

¹⁰Em 2008, o Censo Escolar do Inep registrava 86.868 mil escolas em atividade nas áreas rurais. Desde então, observa-se um ritmo de fechamento acentuado, de modo que, em 2013, esse número caiu para 70.976 mil escolas, o que significou em 6 anos uma redução de quase 16 mil escolas. É preciso analisar com mais detalhes esse processo e entender com quais mudanças ele se relaciona e os impactos que pode acarretar (*Microdados do Censo da Educação Básica*. Brasília-DF: Inep/MEC, 2013).

2,3 anos. Contudo, enquanto para as populações do campo a média, em 2013, era de 7,8 anos de estudo, para os jovens residentes na zona urbana, o indicador atingiu 10,1 anos, valor acima da média do Brasil, conforme ilustra o Gráfico 6, que apresenta ainda uma projeção de crescimento para a próxima década e aponta que, permanecendo o ritmo registrado na década anterior, a meta de 12 anos para os jovens do campo poderá não ser atingida, tendo em vista que, a partir da projeção, a expectativa é de que, em 2024, o grupo atinja uma média de 10,5 anos, isto é, 1,5 anos abaixo do que propõe o Plano.

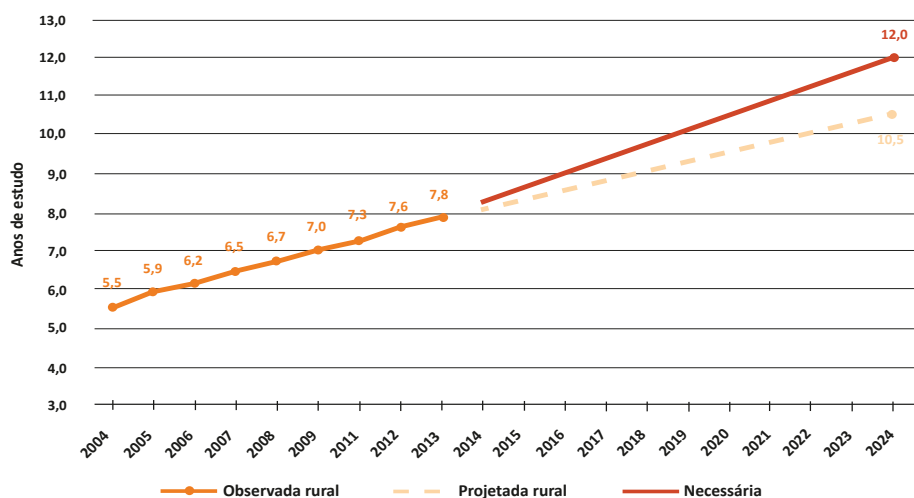


GRÁFICO 6 Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente no campo e projeção de crescimento – Brasil (2004-2024)

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborado pela Direção/Inep.

Ao compararmos a situação dos jovens de 18 a 29 anos residentes no campo, a partir das Grandes Regiões, é possível visualizar uma situação de desigualdades ainda mais acentuada. As Regiões Norte e Nordeste, que possuem uma proporção maior de sua população, comparadas às demais regiões, na faixa etária selecionada, vivendo no campo, 22% e 25%, respectivamente, apresentavam uma escolaridade significativamente abaixo da média nacional. Como informa a Tabela 4, em 2013, a escolaridade média dos jovens residentes no campo na Região Nordeste era de 7,4 anos de estudo, enquanto para os que residiam nas áreas rurais do Sul, por exemplo, esse indicador atingiu 9,1 anos. Apesar de a Região Sul apresentar situação melhor para o indicador, a escolaridade média para a população do campo é baixa em todas as Grandes Regiões.

A desagregação do indicador pelas áreas rurais das Unidades da Federação permite visualizar que os valores mais baixos, em 2013, foram registrados em Alagoas e Paraíba, ambas unidades na Região Nordeste, e no Acre, na região Norte; já o Estado de Santa Catarina, 9,7 anos, apresentou a maior média para o grupo.

TABELA 4 Média de anos de estudo para a população entre 18 e 29 anos residente na área rural – Grandes Regiões e Unidades da Federação

Abrangência	Anos								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
NORTE	5,2	5,7	5,9	6,3	6,4	6,6	6,5	6,9	7,3
Rondônia	6,1	6	6,4	6,6	6,7	6,8	7,6	7,8	8,2
Acre	4	4,2	4,6	5,2	5,5	6,3	6	6,6	6,1
Amazonas	4,9	6,3	6	6,1	5,5	6,8	5,9	6,5	7,1
Roraima	6,4	7,5	7	6,9	8,6	8	7,9	8,6	7,9
Pará	5,1	5,3	5,7	6,2	6,3	6,4	6,4	6,7	7,2
Amapá	6,2	7	6,8	7	6,7	7,2	7,1	8	7,9
Tocantins	5,8	6,7	6,8	7	7,4	7,3	7,1	7,4	7,9
NORDESTE	4,7	5,1	5,4	5,8	6,0	6,3	6,9	7,2	7,4
Maranhão	4,3	4,4	5,1	5,6	5,7	5,7	7	7,2	7,4
Piauí	4,5	4,3	4,6	5,1	5,4	5,7	6,9	7,1	7,4
Ceará	5	5,6	6,3	6,4	6,5	7,1	7,7	7,8	8,2
Rio Grande do Norte	5,6	6,1	6,4	6,4	6,6	6,9	7,4	7,7	7,7
Paraíba	4,3	4,9	5,2	5,2	6	6,2	6,7	7	6,9
Pernambuco	4,8	5,1	5,2	5,7	5,9	6,4	6,1	6,5	7,2
Alagoas	3,7	4,1	4,4	5,4	5,3	5,9	6,4	6,8	6,7
Sergipe	4,8	4,8	4,9	5,7	5,4	6	6,4	6,9	7,1
Bahia	4,8	5,4	5,5	6	6,2	6,4	6,8	7,3	7,3
SUDESTE	6,7	7,0	7,2	7,4	7,8	8,0	8,2	8,4	8,6
Minas Gerais	5,8	6,2	6,5	6,6	6,8	7,2	7,6	8	8,3
Espírito Santo	6,3	6,6	6,7	6,7	6,9	7,6	7,8	8,4	8,3
Rio de Janeiro	6,7	6,1	6,8	7,1	8,2	8,1	7,9	8	8
São Paulo	8	8,3	8,3	8,5	9	9,2	9,6	9,3	9,4
SUL	7,0	7,3	7,6	7,9	8,2	8,3	8,6	8,8	9,1
Paraná	7	7,2	7,9	7,6	7,9	8,1	8,5	8,9	8,9
Santa Catarina	7,1	7,5	7	7,9	8,3	8,5	9,2	9	9,7
Rio Grande do Sul	7	7,3	7,6	8,1	8,4	8,4	8,3	8,6	9,1
CENTRO OESTE	6,4	6,9	7,2	7,0	7,6	7,9	7,6	8,1	8,4
Mato Grosso do Sul	6,9	7,1	7,5	7,3	7,6	8,1	7,3	7,5	7,3
Mato Grosso	6,1	6,6	6,9	6,7	7,5	7,4	7,7	8,2	8,5
Goiás	6,1	6,8	7,2	6,8	7,3	7,6	7,7	8,2	8,7
Distrito Federal	7,6	8,1	8,2	8,4	8,9	9,6	8,2	8,9	9,2

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborada pela Dired/Inep.

A situação de desigualdade entre os jovens residentes nas áreas rurais e urbanas assume uma diferença ainda maior quando desagregamos os dados do indicador por sexo. Como ilustra o Gráfico 7, é entre os jovens do sexo masculino residentes nas áreas rurais que se encontram as médias mais baixas, 7,3 anos de estudo em média. Isso implica 2,5 anos a menos que a média nacional para 2013 e 4,7 anos abaixo do almejado para os jovens do campo como um todo pelo PNE em 2024: 12 anos de escolaridade.

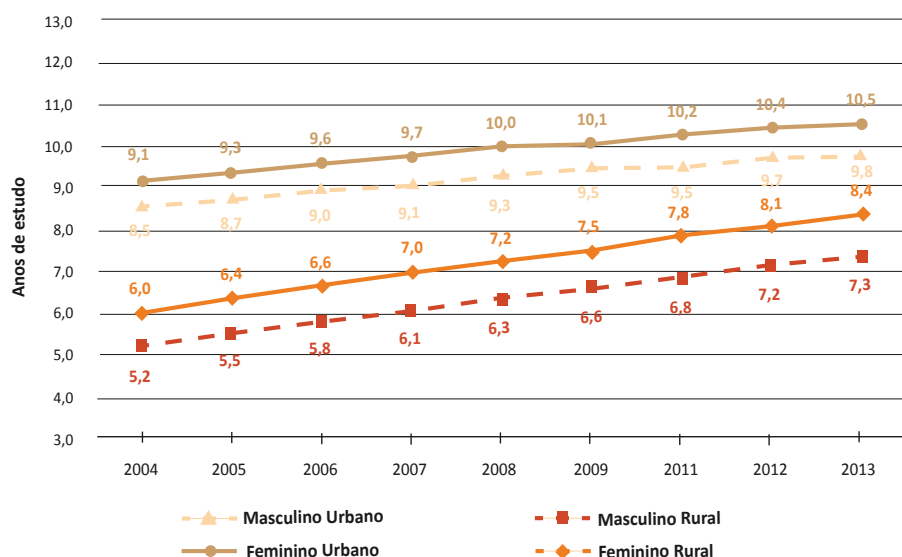


GRÁFICO 7 Escolaridade média da população de 18 a 29 anos por sexo e localização de residência

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborado pela Dired/Inep.

4 DESIGUALDADES DE RENDA E DESIGUALDADES ESCOLARES DA POPULAÇÃO DE 18 E 29 ANOS

É notório que a Meta 8 incorpora o objetivo de enfrentar as exclusões educacionais que se entrelaçam às condições socioeconômicas. Nesse contexto, é significativa a quantidade de investigações e de variadas posições teóricas e metodológicas que confirmam que as desigualdades educacionais possuem forte correlação com as desigualdades de renda, oportunidades e condições de vida (Barbosa, 2009).

Para compreender a situação dos jovens pertencentes aos grupos mais pobres, desagregou-se o indicador de escolaridade média para os jovens pertencentes ao grupo de renda dos 25% mais pobres. O cálculo foi realizado por meio da variável da Pnad denominada “rendimento mensal domiciliar per capita”. Inicialmente a variável foi descrita por meio de sua

divisão em quartis, a partir dos quais se selecionou a população de 18 a 29 anos de idade.¹¹ Os estudos sobre desigualdade socioeconômica podem utilizar estratégias distintas para a captação das desigualdades de renda e entre as classes sociais, seja por meio de *quintis* ou *decis*, bem como associando a renda per capita com outros elementos, como a origem dos rendimentos, propriedades e o tipo de ocupação dos integrantes da família (Furtado, 2011). A opção feita aqui se trata de uma estratégia de compreensão da estratificação socioeconômica da população brasileira, motivada pela própria definição do PNE, que se refere na Meta aos “25% mais pobres”.

O Gráfico 8 informa sobre a evolução da escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres. De forma adicional, traz uma projeção do crescimento esperado, em se mantendo o ritmo anteriormente verificado, e também uma projeção acerca do que seria necessário para o alcance da meta pelo grupo no ano de 2024. O que os dados permitem apreender é que ocorreu um crescimento no período 2004-2013 (2,2 anos), mas o ritmo que ele apresentou, em se mantendo, pode não ser suficiente para atingir os objetivos da meta para o grupo, pois a projeção mostra que a escolaridade média pode alcançar, em 2024, 10,6 anos.

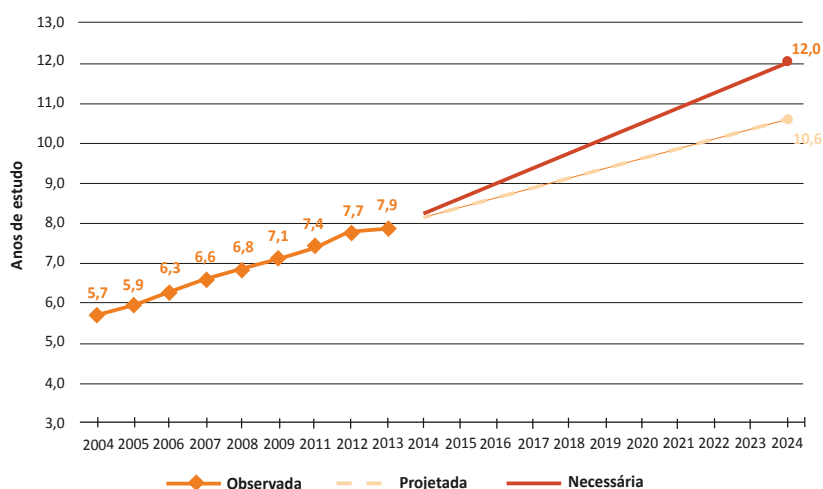


GRÁFICO 8 Escolaridade média (em anos de estudo) da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres e projeção de crescimento – Brasil (2004-2024)

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborado pela Dired/Inep.

A escolaridade média dos 25% mais pobres de cada uma das Unidades da Federação revela uma situação de forte exclusão escolar em todos os Estados, o que assinala a necessidade, entre outras, das políticas de permanência e de assistência social, como o

¹¹De acordo com as notas metodológicas da Pnad 2013, “considerou-se como rendimento mensal domiciliar *per capita* a divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de membros da unidade domiciliar, exclusive aqueles cuja condição na unidade domiciliar fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico”.

Benefício Variável Jovem do Programa Bolsa Família e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), no âmbito do Programa Brasil sem Miséria, que se direcionam para jovens em condição de vulnerabilidade social, além de outras ações de garantia de renda e de direitos.

Nesse contexto, é na Região Nordeste que se localizavam, em 2013, os Estados com a pior situação. Outrossim, apenas o Distrito Federal, no Centro-Oeste, e o Estado de São Paulo, no Sudeste, possuíam uma escolaridade média acima de 9 anos de estudos para o grupo de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres, que, ainda assim, é distante da meta nacional. O Estado de Alagoas, por exemplo, apresentava uma escolaridade média de 6,1 anos, quase metade do que é esperado pela meta ao final do PNE, como revela a Tabela 5.

TABELA 5 Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres por Grande Região e Unidade da Federação (continua)

Abrangência	Anos								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
NORTE	5,1	5,3	5,5	6	6,2	6,2	6,6	6,9	7,3
Rondônia	6,0	5,7	5,8	6,5	6,1	6,5	7,2	7,5	7,5
Acre	3,9	4,0	4,5	4,9	5,5	6,0	6,0	6,3	6,5
Amazonas	5,5	6,1	5,9	6,3	6,4	6,5	6,9	6,9	7,4
Roraima	6,2	6,9	7,3	8,2	8,1	7,6	8,0	8,6	8,7
Pará	4,7	4,8	5,2	5,7	5,8	5,8	6,2	6,7	7,1
Amapá	6,2	6,6	7,8	7,5	7,4	7,6	7,4	7,4	8,4
Tocantins	5,6	6,1	6,2	6,6	7,1	7,0	7,3	7,5	8,0
NORDESTE	4,8	4,9	5,2	5,6	5,8	6,1	6,7	7,0	7,1
Maranhão	4,6	4,7	5,1	4,9	5,5	5,8	6,7	6,5	6,9
Piauí	4,3	4,3	4,7	5,0	5,4	5,4	6,4	6,5	6,9
Ceará	5,0	5,1	5,7	6,3	6,5	6,6	7,4	7,6	7,8
Rio Grande do Norte	5,2	5,3	5,7	5,4	6,5	5,9	7,4	7,5	8,0
Paraíba	4,2	4,4	5,1	5,5	5,3	5,7	6,4	6,9	7,2
Pernambuco	5,0	5,2	5,2	5,7	5,8	6,1	6,5	6,7	6,9
Alagoas	3,6	3,7	4,2	5,1	5,1	5,6	6,0	6,6	6,1
Sergipe	4,5	4,7	5,3	5,4	5,8	6,1	6,4	6,5	6,8
Bahia	5,1	5,2	5,5	5,8	6,1	6,5	6,4	7,3	6,9

TABELA 5 Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres por Grande Região e Unidade da Federação

(conclusão)

Abrangência	Anos								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
SUDESTE	6,9	7,1	7,4	7,6	7,8	8,0	8,3	8,5	8,7
Minas Gerais	6,1	6,4	6,8	7,0	7,1	7,3	7,8	8,1	8,3
Espírito Santo	6,1	6,1	6,4	6,8	6,9	7,3	7,6	7,9	7,9
Rio de Janeiro	6,8	7,1	7,3	7,5	7,8	7,9	8,0	8,3	8,5
São Paulo	7,6	7,7	8,0	8,4	8,4	8,7	8,9	9,0	9,2
SUL	6,3	6,7	7,0	7,1	7,5	7,7	8,0	8,0	8,2
Paraná	6,1	6,5	7,1	7,0	7,4	7,8	8,0	8,0	8,0
Santa Catarina	6,4	7,0	7,0	7,0	7,6	7,8	8,2	8,2	8,8
Rio Grande do Sul	6,4	6,7	6,8	7,2	7,4	7,6	7,7	8,0	8,1
CENTRO-OESTE	6,3	6,6	7,0	6,9	7,4	7,6	8,0	8,4	8,4
Mato Grosso do Sul	5,7	6,3	6,5	6,3	6,9	7,0	7,8	7,8	7,9
Mato Grosso	6,4	6,5	6,7	7,0	7,4	7,3	7,8	8,2	8,2
Goiás	6,0	6,4	7,0	7,0	7,4	7,8	8,0	8,5	8,5
Distrito Federal	7,3	7,3	7,8	8,0	8,4	8,3	8,6	8,9	9,2

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborada pela Dired/Inep.

Ao observarmos a evolução da escolaridade dos 25% mais pobres da população por Grandes Regiões, constata-se que nenhuma destas possui uma escolaridade superior aos 9 anos. O Sudeste atingiu uma média de 8,7 anos, enquanto a Região Nordeste alcançou apenas 7,1 anos (Tabela 5).

De forma adicional, o Gráfico 9 apresenta uma comparação da evolução da escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade entre os 25% mais pobres e os 25% de maior renda. No período ocorreu uma redução na distância entre os grupos, visto que, em 2004, ela era de 5,4 anos e, em 2013, de 3,9 anos. Porém, enquanto o quartil de renda superior possuía, em 2013, uma escolaridade média de 11,8 anos, muito próxima da meta de 12 anos, os mais pobres apresentavam apenas 7,9 anos, distância significativa em relação à meta proposta pelo PNE para 2014.

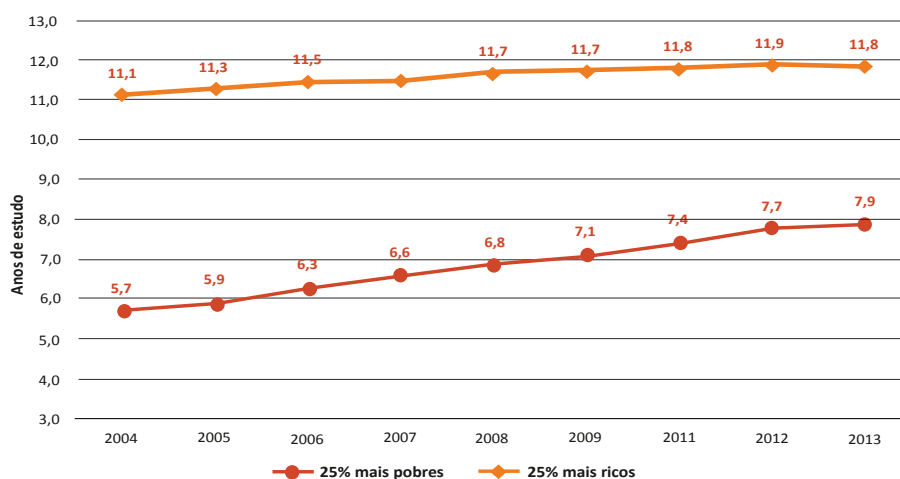


GRÁFICO 9 Escolaridade média para a população na faixa etária de 18 a 29 anos por grupos de renda – Brasil

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborado pela Dired/Inep.

Os dados reforçam as análises que relacionam as desigualdades socioeconômicas entre as classes sociais e as possibilidades de usufruto das oportunidades educacionais (Silva; Hasenbalg, 2000). Isso conflui em um acesso limitado aos recursos e às experiências culturais e sociais, situações que dificultam o enfrentamento individual e institucional das situações de exclusão. Além disso, os mais pobres provêm, frequentemente, de uma condição familiar de baixa escolaridade, o que colabora com a reposição intergeracional da desigualdade, haja vista o papel significativo que a instituição familiar ocupa no processo de socialização e escolarização (Alves; Nogueira et al., 2013).

5 A RAZÃO ENTRE A ESCOLARIDADE MÉDIA DE NEGROS E NÃO NEGROS

A comparação acerca da situação educacional dos grupos étnico-raciais revela uma situação de desigualdades no acesso e permanência entre os negros e os não negros. Os dados reforçam as análises que apontam as relações existentes na sociedade brasileira entre raça/cor e acesso aos diversos níveis de ensino (Santos, 2007). Mais recentemente, algumas políticas, como a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, buscaram propor medidas para enfrentar as situações de desigualdade, estabelecendo cotas com critérios sociais e raciais para o ingresso nas universidades e instituições federais de ensino técnico de nível médio, como forma de enfrentar as situações de exclusão.

É finalidade da Meta 8 reduzir a distância entre a escolaridade média dos grupos étnico-raciais, de modo a igualar as condições educacionais. Para acompanhar esse

objetivo, é possível recorrer ao indicador que traduz a razão entre a escolaridade média de “negros” e “não negros”. No primeiro grupo são incluídos os que se declaram pretos e pardos; no segundo, os que se definem como brancos, amarelos e indígenas.

A fórmula para o cálculo do indicador, também amparado em dados da Pnad, apresenta a configuração abaixo. Valores mais próximos de 100% denotam uma situação de menor desigualdade entre os grupos.

Fórmula:

$$\frac{\frac{\text{soma dos anos de estudo de negros na faixa etária de 18 a 29 anos de idade}}{\text{população de negros de 18 a 29 anos de idade}}}{\frac{\text{soma dos anos de estudo de não negros na faixa etária de 18 a 29 anos de idade}}{\text{população de não negros de 18 a 29 anos de idade}}} \times 100$$

A Tabela 6 apresenta os dados da razão entre a escolaridade de “negros” e “não negros” para o Brasil, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação. Tanto no nível Brasil (86,6%), quanto nas Grandes Regiões e Unidades da Federação ocorreu no período compreendido entre 2004 e 2013 uma redução nas distâncias educacionais, registrando-se, na maioria dos casos, uma variação positiva no indicador. Outrossim, observa-se que, em 2013, em nenhum nível de desagregação foi aferida uma situação de igualdade entre os grupos.

TABELA 6 Razão entre a escolaridade média da população “negra” e “não negra” de 18 a 29 anos – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação (em %) (continua)

Abrangência	Anos									Variação (p.p.)
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	
Brasil	79,7	80,9	81,3	82,4	83,3	84	85,6	85,6	86,6	6,9
Norte	84,5	87,7	87,4	88,7	90,7	89,2	89,4	90,4	90,5	6
Rondônia	91,9	90,6	92,4	90,7	91,6	92,1	89,7	93,9	90,8	-1,1
Acre	86,1	83,9	93	85,2	83,9	82,3	98,8	96,9	96,3	10,2
Amazonas	83,4	85,7	88,9	89	91,1	87,2	92	94,5	91,1	7,7
Roraima	94	102,6	91,7	96,1	98,6	86,5	97	95,3	97,9	3,9
Pará	84,3	86,2	85,2	88,5	91,5	92,4	87,8	86,9	90,7	6,4
Amapá	90,5	92,1	89,8	95,1	90,8	90,4	91,5	90,2	87,1	-3,4
Tocantins	83,3	88,1	83,8	88,8	87,4	86,6	89	89,9	88,3	5
Nordeste	86,4	85,2	86,7	87,3	88	88,3	89,6	89,4	89,8	3,4
Maranhão	86,7	91,2	93	90	89,9	93,8	94,5	91,6	89,6	2,9
Piauí	87,8	83	79	82,6	81,2	88,6	89,1	93,9	89,4	1,6
Ceará	85,4	85,4	87,1	89	90,2	88,5	87	89,5	88,6	3,2

TABELA 6 Razão entre a escolaridade média da população “negra” e “não negra” de 18 a 29 anos – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação (em %) (conclusão)

Abrangência	Anos									Variação (p.p.)
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	
Rio Grande do Norte	88,8	86,5	87	86,9	85,4	89,5	86,8	89,9	90,3	1,5
Paraíba	85,6	82,1	82,5	82,2	79,7	80,1	88,2	90,3	89,7	4,1
Pernambuco	85,2	85,2	85,5	85,2	86,7	85,9	88,5	87,9	92,4	7,2
Alagoas	77,3	74,3	73,1	81,1	81,9	81,7	84,4	83,1	85,7	8,4
Sergipe	80,9	84,6	90,6	93,4	92,2	86,8	97,9	96,4	94,5	13,6
Bahia	88,6	84,7	89,1	88,3	91,5	91,3	92,8	89	90,4	1,8
Sudeste	83,6	85,6	85	85	85,8	86,1	87,9	87,1	87,9	4,3
Minas Gerais	84,6	85,8	84,6	85,1	86,5	86,6	88,3	86,9	90,1	5,5
Espírito Santo	86,5	86,6	84,4	83,7	84,3	86	88,1	88,1	85,7	-0,8
Rio de Janeiro	85,3	85,6	86,6	86,5	86,1	86,8	86,7	86,2	86,5	1,2
São Paulo	85,2	88,1	87,3	87	87,8	87,7	90,2	88,9	88,9	3,7
Sul	82,4	81,8	82,2	83,3	84	85,5	85,8	85,1	85,6	3,2
Paraná	84,1	82,4	81,3	83	84,5	85,4	84,7	85,1	85,7	1,6
Santa Catarina	74,5	75,9	83,5	83,2	81,3	83,1	87,3	86,3	82,1	7,6
Rio Grande do Sul	81,4	83,1	81,8	82,3	84	86,4	85,9	83,5	86,6	5,2
Centro Oeste	84,3	86,6	85,6	86,2	87,8	88,7	88,6	88,3	89,9	5,6
Mato Grosso do Sul	81	82,9	81,7	83,1	87,7	86,7	86,2	88,6	87	6
Mato Grosso	85,7	85,5	85,1	86,8	86,4	87	89,7	86,3	90,5	4,8
Goiás	85,3	88,9	86,9	87,6	87,7	90	88,6	87,4	90,6	5,3
Distrito Federal	83,9	85,7	85,7	85,9	88,6	88,7	88,4	90,5	90,7	6,8

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborada pela Dired/Inep.

Assim como foi realizado anteriormente, apresenta-se no Gráfico 10 uma projeção do avanço esperado na razão entre a escolarização de negros e de não negros, considerando o ritmo observado na década anterior e desconsiderando possíveis transformações políticas, culturais, econômicas, sociais e institucionais. O Gráfico 10 descreve a situação observada para a razão, explicita a projeção de crescimento para o período de vigência do PNE, bem como indica o desenvolvimento necessário para o alcance da meta. De acordo com a projeção, a razão atingiria 95% em 2024, ainda abaixo de uma situação de igualdade.

De forma adicional, as desigualdades educacionais entre os grupos “negros” e “não negros” podem ser apreendidas por meio do acompanhamento da média de anos de estudo de cada um, tal como o indicador anteriormente utilizado. Entre 2004 e 2013, ocorreu um incremento na escolaridade média de quase dois anos para “negros” e “não negros”. De qualquer modo, em 2013, a diferença ainda era de quase um ano e meio, conforme ilustra o Gráfico 11.

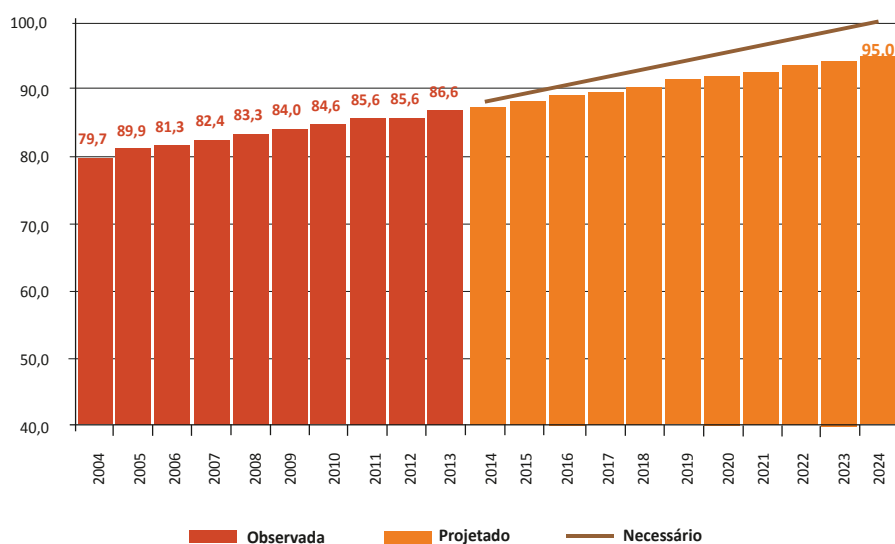


GRÁFICO 10 Evolução e projeção de crescimento da razão entre a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, negros e não negros

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborada pela Direção/Inep.

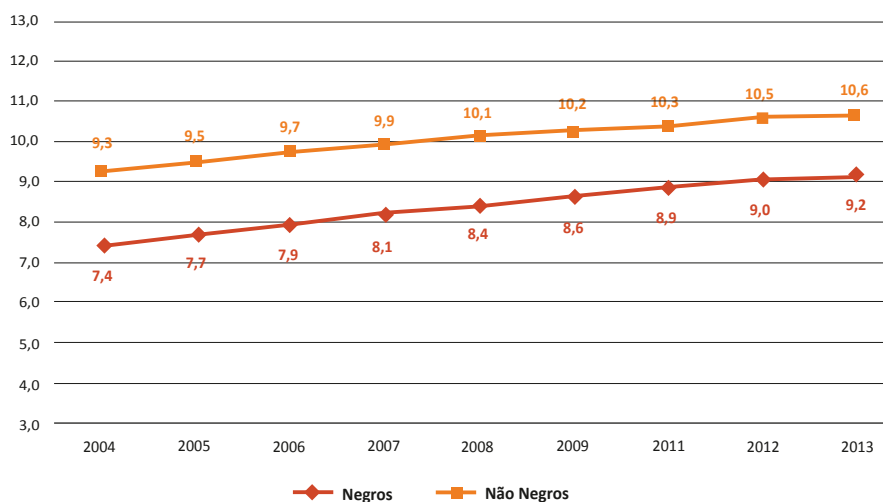


GRÁFICO 11 Escolaridade média (em anos de estudo) da população de 18 a 29 anos, negros e não negros – Brasil.

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborada pela Direção/Inep.

A tabela 7 apresenta os dados sobre escolaridade média da população de 18 a 29 anos desagregando-os por raça/cor autodeclarada. É possível confirmar que os grupos “amarelos” (11,1 anos) e “brancos” (10,6 anos) reuniam uma média maior de anos de estudo. Em relação aos indígenas, nota-se uma oscilação ao longo da série, o que pode sugerir limites à representatividade do grupo (Tabela 7).

TABELA 7 Escolaridade média (em anos estudo) da população negra e não negra na faixa etária de 18 a 29 anos por Unidade da Federação (2004-2013)

UFs	Anos																	
	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2011		2012		2013	
	Negros	Não negros	Negros	Não negros	Negros	Não negros	Negros	Não negros	Negros	Não negros	Negros	Não negros	Negros	Não negros	Negros	Não negros	Negros	Não negros
Rondônia	7,4	8,1	7,3	8,0	7,6	8,2	8,2	9,0	8,2	8,9	8,6	9,4	8,7	9,7	8,9	9,5	8,9	9,8
Acre	6,5	7,5	6,9	8,2	7,3	7,8	7,6	8,9	7,7	9,2	7,9	9,6	8,5	8,6	8,9	9,2	8,7	9,0
Amazonas	7,6	9,1	8,1	9,4	8,2	9,2	8,4	9,4	8,3	9,2	8,6	9,8	8,5	9,2	8,9	9,4	9,1	9,9
Roraima	8,1	8,6	8,6	8,4	8,6	9,4	9,2	9,5	9,5	9,7	9,2	10,7	10,1	10,4	10,3	10,8	10,0	10,2
Pará	6,6	7,8	6,8	7,9	7,2	8,4	7,4	8,3	7,8	8,5	7,9	8,6	7,9	9,0	8,2	9,4	8,6	9,5
Amapá	8,2	9,1	8,8	9,6	9,2	10,2	9,1	9,6	9,4	10,3	9,0	10,0	9,5	10,4	9,4	10,4	9,5	10,9
Tocantins	7,6	9,1	8,0	9,1	7,8	9,3	8,4	9,5	8,9	10,2	9,2	10,6	9,1	10,2	9,2	10,3	9,4	10,7
Maranhão	6,6	7,6	6,7	7,3	7,0	7,5	7,4	8,2	7,5	8,4	8,0	8,5	8,2	8,7	8,3	9,1	8,5	9,5
Piauí	6,3	7,2	6,4	7,7	6,8	8,6	6,9	8,4	7,1	8,7	7,8	8,9	8,2	9,2	8,4	9,0	8,6	9,6
Ceará	6,9	8,1	7,2	8,5	7,6	8,8	8,0	8,9	8,3	9,1	8,4	9,5	8,6	9,9	8,9	9,9	9,0	10,1
Rio Grande do Norte	6,9	7,8	7,2	8,3	7,5	8,6	7,5	8,7	7,8	9,1	7,9	8,8	8,5	9,7	8,7	9,7	9,0	9,9
Paraíba	6,0	7,0	6,4	7,7	6,6	7,9	6,8	8,2	7,1	8,9	7,2	9,0	8,1	9,1	8,5	9,4	8,7	9,7
Pernambuco	6,8	8,0	6,9	8,1	7,1	8,3	7,2	8,4	7,6	8,7	7,8	9,1	8,1	9,2	8,4	9,5	8,8	9,6
Alagoas	5,2	6,8	5,5	7,4	5,8	8,0	6,6	8,1	6,6	8,0	7,2	8,8	7,7	9,1	7,8	9,4	7,9	9,2
Sergipe	6,6	8,1	6,8	8,0	7,3	8,1	7,9	8,4	8,3	9,0	8,1	9,3	8,6	8,8	8,7	9,1	8,8	9,3
Bahia	6,9	7,7	7,1	8,4	7,5	8,4	7,7	8,7	8,1	8,8	8,1	8,9	8,4	9,1	8,6	9,7	8,7	9,6
Minas Gerais	7,8	9,2	8,1	9,4	8,3	9,8	8,5	9,9	8,6	10,0	8,9	10,3	9,0	10,2	9,3	10,7	9,5	10,6
Espírito Santo	8,1	9,4	8,3	9,6	8,4	9,9	8,5	10,2	8,5	10,1	8,9	10,4	9,2	10,4	9,5	10,8	9,3	10,8
Rio de Janeiro	8,3	9,8	8,6	10,0	8,8	10,2	8,9	10,3	9,1	10,5	9,2	10,6	9,3	10,7	9,4	10,9	9,5	11,0
São Paulo	8,6	10,1	9,0	10,2	9,2	10,5	9,3	10,6	9,5	10,8	9,6	11,0	9,9	11,0	9,9	11,2	9,9	11,1
Paraná	7,9	9,4	8,0	9,7	8,2	10,0	8,4	10,1	8,7	10,2	8,8	10,3	8,9	10,5	9,1	10,7	9,2	10,7
Santa Catarina	6,9	9,2	7,4	9,8	8,1	9,7	8,1	9,8	8,3	10,2	8,6	10,3	9,2	10,5	9,1	10,6	8,8	10,8
Rio Grande do Sul	7,5	9,2	7,7	9,3	7,9	9,7	8,0	9,8	8,4	10,0	8,6	10,0	8,7	10,1	8,6	10,3	8,9	10,3
Mato Grosso do Sul	7,5	9,2	7,6	9,2	7,8	9,6	8,2	9,8	8,6	9,8	8,6	9,9	8,8	10,3	9,3	10,5	9,0	10,4
Mato Grosso	7,8	9,2	8,0	9,3	8,1	9,5	8,1	9,3	8,6	10,0	8,8	10,2	9,4	10,4	9,3	10,7	9,6	10,6
Goiás	7,8	9,1	8,2	9,2	8,5	9,8	8,6	9,9	8,9	10,1	9,1	10,1	9,3	10,5	9,4	10,8	9,9	10,9
Distrito Federal	8,7	10,4	9,2	10,7	9,3	10,9	9,5	11,1	9,8	11,1	10,1	11,3	10,2	11,5	10,5	11,6	10,6	11,7

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborada pela Direcd/Inep.

6 BREVE PERFIL DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS QUE NÃO POSSUI 12 ANOS DE ESCOLARIDADE

A compreensão acerca dos desafios colocados pela Meta 8 exige que se tenha em conta as características dos grupos que ainda não possuem os 12 anos de escolaridade requeridos pelo Plano, de forma a apreender em quais sujeitos e espaços incidem os principais desafios.

Conforme ilustra o Gráfico 12, em 2004, 88,5% dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos não possuíam 12 anos de escolaridade. Em 2013, esse número se reduziu para 79,9%, apontando uma tendência de acréscimo da escolaridade média da população. É fato que esse processo de ampliação não se traduz automaticamente em uma superação das desigualdades entre os diversos grupos, mas permite vislumbrar uma tendência positiva, ainda que marcada por um ritmo lento de crescimento.

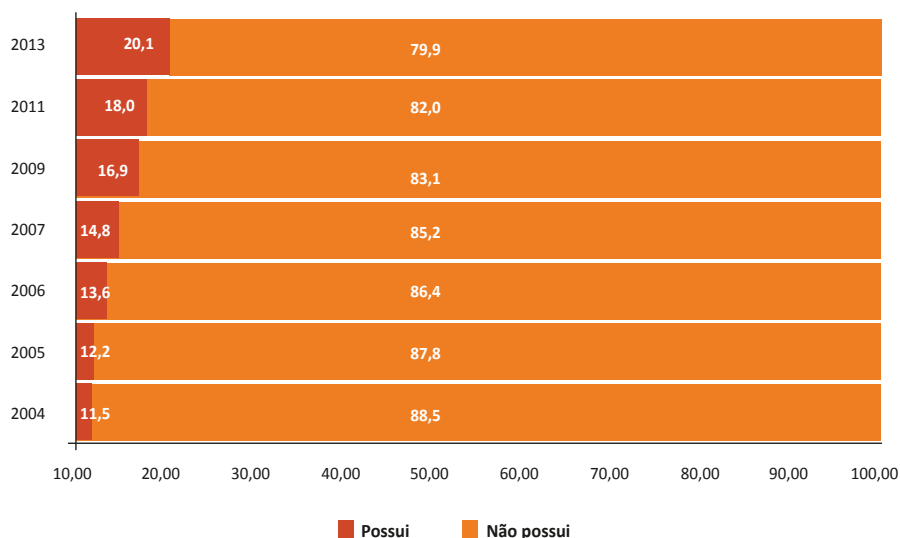


GRÁFICO 12 Percentual da população de 18 a 29 anos que possui e que não possui 12 anos de escolaridade – Brasil

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborado pela Dired/Inep.

O Gráfico 13, por sua vez, mostra que é entre as populações do campo que se registram os menores percentuais de jovens com 12 anos de escolaridade. Mesmo com a diminuição das desigualdades e a ampliação na média de anos de estudo para os residentes no campo, a distância em relação aos residentes nas áreas urbanas se manteve. De todo modo, o percentual de jovens que ainda não possuía 12 anos de escolaridade era, em 2013, elevado em ambas as localizações.

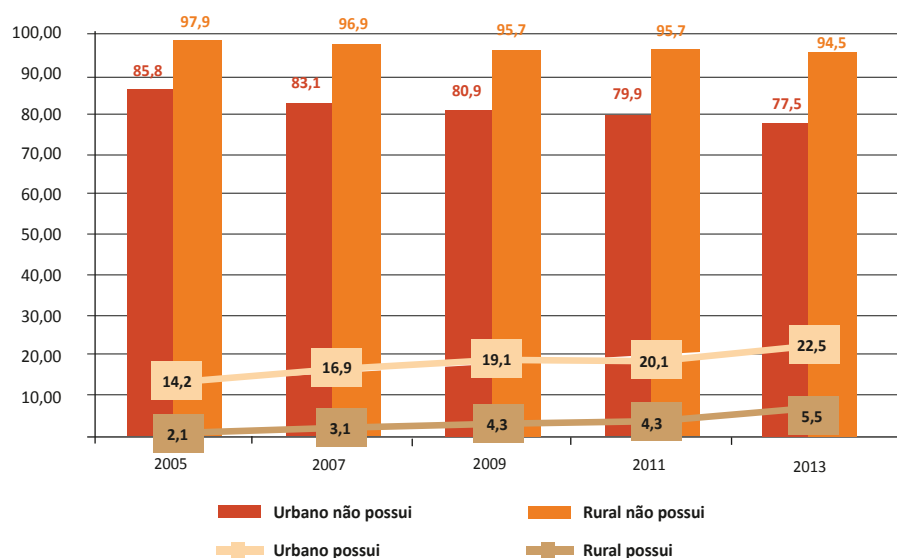


GRÁFICO 13 Percentual da população de 18 a 29 anos que possui e que não possui 12 anos de escolaridade – Brasil, por localização (urbana e rural)

Fonte: Pnad/IBGE. Elaborada pela Dired/Inep.

Ao desagregarmos os grupos que já possuem e os que não possuem 12 anos de escolaridade, percebe-se que a pior situação é a do jovem do sexo masculino residente no campo, conforme Tabela 8. Em 2013, apenas 4,2% deles tinham 12 anos de escolaridade. Já entre os do sexo masculino residentes nas áreas urbanas, 19,3% contavam com pelos menos 12 anos de escolaridade. Nessa desagregação por sexo e local de residência, o maior percentual de indivíduos que atingiram 12 anos de escolaridade foi registrado entre as mulheres residentes nas áreas urbanas, das quais, em 2013, 25,6% possuíam 12 anos de escolaridade. Apesar das diferenças, o percentual de jovens em 2013 que detinham a média almejada pelo PNE era relativamente baixo em todos os seguimentos por sexo e localização.

Em relação à raça/cor, é possível notar que, em 2013, 29,3% dos brancos possuíam 12 anos de escolaridade, enquanto entre os pretos esse percentual era de 11,5% e entre os pardos era de 13,1% (Tabela 8).

TABELA 8 Percentual da população de 18 a 29 anos que possui 12 anos de escolaridades por localização, sexo e raça

(continua)

Abrangência	Anos				
	2005	2007	2009	2011	2013
Brasil	12,2	14,8	17,0	18,0	20,1
Rural	2,1	3,1	4,3	4,3	5,5
Urbano	14,2	16,9	19,1	20,1	22,5
Masculino	10,4	12,5	14,6	15,2	17,1
Masculino Urbano	12,3	14,6	16,7	17,1	19,3
Masculino Rural	1,4	1,7	3,2	3,0	4,2

TABELA 8 Percentual da população de 18 a 29 anos que possui 12 anos de escolaridades por localização, sexo e raça

(conclusão)

Abrangência	Anos				
	2005	2007	2009	2011	2013
Feminino	14,0	17,0	19,3	20,8	23,1
Feminino Urbano	16,0	19,1	21,5	23,0	25,6
Feminino Rural	2,8	4,6	5,4	5,8	6,9
Branco	18,8	22,6	24,9	26,3	29,3
Preto	6,0	7,2	9,2	9,7	11,5
Pardos	5,8	7,7	9,7	11,1	13,1

3Fonte: Pnad/IBGE. Elaborada pela Direção/Inep.

A análise por Grandes Regiões, a partir da Pnad, permitiu visualizar que a situação mais problemática é a do jovem residente nas áreas rurais do Nordeste. Nessa região, em 2005, apenas 1,1% dos jovens entre 18 e 29 anos residentes no campo possuíam 12 anos de escolaridade; em 2013, esse percentual se ampliou apenas para 3,6%, situação não muito distinta da que se verificou na Região Norte, na qual, em 2013, apenas 4% dos jovens residentes no campo possuíam 12 anos de escolaridade.

Entre os jovens de 18 a 29 anos pertencentes aos 25% mais pobres da população, em 2005, apenas 0,8% possuíam 12 anos de escolaridade. É fato que esse valor passou por um crescimento significativo até 2013, quando a Pnad apresentou para o grupo um percentual de 4,1%. Apesar disso, confirma-se a existência de baixos níveis escolares para os jovens mais pobres, o que impõe desafios consistentes para a efetivação da Meta 8 do PNE de forma equitativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Os dados apresentados descrevem a ocorrência, entre 2004 e 2013, de uma tendência de ascensão na escolaridade média da população de 18 a 29 anos. Diversos fatores podem ter concorrido para esse processo e precisam ser investigados em maior profundidade, tais como: a obrigatoriedade do ensino fundamental e a ampliação no acesso ao ensino médio; as melhorias no rendimento escolar; o acréscimo da oferta de vagas no ensino superior; as políticas de ação afirmativa; as políticas que articulam as ações de educação de jovens e adultos com o ensino profissionalizante; a associação entre as condicionalidades de assistência social e a educação básica; a ampliação da renda; os programas de educação do campo e de formação de professores; as possibilidades de certificação do ensino fundamental e médio, etc. É preciso o recurso a estudos avaliativos aprofundados para estabelecer a contribuição dos diversos fatores.

É necessário destacar que ocorreram melhorias em todos os grupos observados, mas a situação dos jovens na faixa etária de 18 a 29 anos ainda apresenta desigualdades educacionais significativas. Isso impõe desafios para a consecução dos objetivos dessa meta do PNE, que tem como orientação central não apenas o crescimento da média geral dos anos de estudo, mas almeja que isso ocorra de forma concomitante entre todos os segmentos que a referenciam: os negros, os pobres, os residentes no campo e nas regiões de menor escolaridade.

Cabe ressaltar que as populações do campo apresentaram um quadro de baixo acesso à educação e de conclusão da escolarização formal. Isso conflui para a permanência de condições de exclusão econômica, baixa participação desse contingente na vida política

e cultural e reduzida qualificação profissional. É evidente que essa situação se associa à própria estruturação da rede de ensino no campo, à configuração social do mundo rural brasileiro e à subsistência de padrões de desigualdade que, mesmo em um contexto de modernização socioeconômica e de mudanças tecnológicas no campo, persistem de forma acentuada, sobretudo na Região Nordeste. Estudos mais aprofundados precisam observar ainda se a população do campo que atinge maiores níveis de escolaridade migra para a cidade, sobretudo considerando as diferenças de gênero.

Em relação aos 25% mais pobres da população, as condições são ainda mais problemáticas. O percentual dos que possuem 12 anos de escolaridade entre os jovens de 18 a 29 anos se alterou em relação ao início da série investigada, mas, em 2013, atingiu apenas 4,1%, o que revela a existência de um número elevado de sujeitos desse grupo de renda que não terminam a educação básica. Entre as consequências desse quadro, é possível destacar as dificuldades dos jovens em romper com as condições de exclusão econômica, social e cultural que caracterizam sua família, o que colabora com a reprodução familiar da pobreza. Daí a relevância de que as políticas educacionais direcionadas aos jovens pertencentes às classes mais pobres busquem associação com as políticas de profissionalização e de acesso à terra e com a área de assistência social, de forma a expandir as oportunidades laborais, efetivar a busca ativa e ampliar as fontes e a qualidade do rendimento por eles aferido.

Outro aspecto revelado pelos indicadores selecionados para o acompanhamento da meta é a existência de níveis educacionais menores para as populações negras. Assim como se registrou para os demais grupos, também ocorreu uma melhoria na escolaridade de pretos e pardos, sem que fossem eliminadas as distâncias em relação aos não negros. Isso sugere a persistência de associações entre raça/cor e as oportunidades educacionais, expressando os efeitos historicamente acumulados da discriminação racial sobre a permanência e o rendimento escolar, que têm sido problematizados pelas políticas de ação afirmativa.

De modo geral, é imperativo ter em conta que este *Texto para Discussão*, que dá sequência ao que consta na Linha de Base do PNE, apresenta dados panorâmicos para apoiar o monitoramento que requerem estudos posteriores mais específicos, em nível avaliativo e inferencial, com a finalidade de encontrar caminhos internos e externos aos sistemas de ensino, de modo que se possa ampliar a escolarização de sujeitos marcados por formas de exclusão que articulam idade, raça, nível socioeconômico e local de residência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEGISLAÇÃO

BRASIL. República Federativa do Brasil. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional* (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

BRASIL. República Federativa do. *Estatuto da Igualdade Racial*, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>.

BRASIL. República Federativa do. *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária* (Pronera), Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>.

BRASIL. República Federativa do. *Estatuto da Juventude*, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>.

BRASIL. República Federativa do Brasil. *Plano Nacional de Educação* (2014-2014), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.
Método de construção dos cenários para os indicadores do Plano Nacional de Educação.
Nota Técnica/Inep/Dired nº XX, de 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Linha de Base do Plano Nacional de Educação.* Brasília, DF: Inep, 2015.

ARTIGOS E LIVROS

ALVES, Maria Teresa G.; NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, C. M. M; RESENDE, Tânia de F. Fatores familiares e desempenho escolar: uma abordagem multidimensional. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 571-603, 2013.

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, dez. 2010. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 6 de julho de 2015.

BACELAR, Tânia. O Brasil rural contemporâneo: reafirmando a importância e a diversidade. In: CONGRESSO DA SOBER 52; 2014. ISBN (978-85-98571-12-6). *Anais*. Disponível em: <<http://sober.org.br/congresso2014/>>. Acesso em: 15 de junho de 2015.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. *Desigualdade e desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira.* Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2009.

BORGES, Gabriel Mendes et al. Transição da estrutura etária no Brasil: oportunidades e desafios para a sociedade nas próximas décadas. In: ERVATTI, Leila Regina; BORGES, Gabriel Mendes; JARDIM, Antonio de Ponte (Orgs.). *Mudanças demográficas no Brasil no início do século XXI.* Brasília, DF: IBGE, 2015. (Estudos e Análise).

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; NAVARRO, Zander; SILVEIRA, José Maria da. *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.* Brasília, DF: Embrapa, 2014.

DEBERT, G. G.. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, RS, v. 16, n. 34, p. 49-70, 2010.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS.
O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. *Estudos e Pesquisas*, n. 74, out. 2014.

FURTADO, Clayton Sirilo do Valle. Classificação dos pobres: questões, construção e análise. *Sociologias*, Porto Alegre, RS, v. 13, n. 26, p. 306-330, 2011. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 18 de junho de 2015.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

MUNARIM, Antonio. Educação do Campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21. *Em Aberto*, Brasília, DF: Inep, v. 24, n. 85, p. 51-63, abr. 2011.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. *Texto para Discussão*, Brasília, DF: Ipea, n. 996, 2003.

SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília, DF: MEC; Secad, 2007.

SILVA, Nelson do Valle; Hasenbalg, Carlos. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. *Dados [online]*. 2000, v. 43, n. 3, p. 423-445. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. Educação e pobreza no Brasil. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2006.

VALADARES, Alexandre Arbex. O gigante invisível: território e população rural para além das convenções oficiais. *Texto para Discussão*. Brasília, DF: Ipea, n. 1942, 2014.

VEIGA, José Eli da. Nascimento de outra ruralidade. *Revista de Estudos Avançados*. [online]. 2006, v. 20, n. 57, p. 333-353. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 mar. 2015

ANEXOS



ANEXO 1

SOBRE A FONTE DOS DADOS

Os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) utilizados para as análises foram baixados do site do IBGE, no seguinte endereço: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/Pnad2013microdados.shtm>>. O download foi realizado no dia 5/2/2015 entre as 17h e 17h22.

As bases de 2004 a 2011 foram revisadas e reponderadas pelo IBGE em 2013. Segundo a descrição do site do IBGE: “os microdados foram reponderados da Pnad 2001-2012 com Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação – Revisão 2013, por sexo e idade. Estimativas da população dos municípios, utilizando a tendência de crescimento dos municípios 2000-2010.”

Ainda segundo o *site* do IBGE, o arquivo de 2012 foi “atualizado em 29/8/2014 por acertos na data de referência da projeção de população e correção em variáveis de rendimento em decorrência da retirada de dois registros indevidos de rendimento do trabalho principal”. Já os dados de 2013 foram: “atualizados em 18/12/2014 às 10h, incluindo as pesquisas Básica e Suplementar de Segurança Alimentar da Pnad 2013”.

ANEXO 2

NOTAS TÉCNICAS SOBRE OS INDICADORES UTILIZADOS

O texto recorreu aos indicadores educacionais abaixo que, no caso de 8A a 8D relativos ao ano de 2013, constam publicados pelo Ministério da Educação no site Painel Planejando a Próxima Década : <<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>>:

Indicador: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade}}{\text{população de 18 a 29 anos de idade}}$$

Abrangência: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Fonte: Pnad.

Série histórica: 2004-2013.

Comentários sobre o indicador: O indicador expressa a média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos de idade. Por anos de estudo, consideram-se apenas as séries completadas. Por exemplo, se um indivíduo levou, em função de reprovação, 11 anos para terminar o ensino fundamental, ele será considerado como possuidor de 9 anos de escolaridade e não de 11. O objetivo da Meta 8 é que os indivíduos dessa faixa etária completem 12 anos de estudo, o que equivale à conclusão do ensino médio. A partir de 2006, 12 anos de estudo correspondem à conclusão da educação básica: ensino fundamental de 9 anos e ensino médio de 3 anos. A Pnad realiza a harmonização dos dados de forma a permitir comparação com o período precedente.

Indicador: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{soma dos anos de estudo das pessoas residentes na área rural 18 a 29 anos de idade}}{\text{população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural}}$$

Abrangência: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Fonte: Pnad.

Série histórica: 2004-2013.

Comentários sobre o indicador: O indicador expressa a média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural. Por anos de estudo, consideram-se apenas as séries completadas. Por exemplo, se um indivíduo levou, em função de reprovação, 11 anos para terminar o ensino fundamental, ele será considerado como possuidor de 9 anos de escolaridade e não de 11. O objetivo da Meta 8 é que os indivíduos dessa faixa etária residentes na área rural completem 12 anos de estudo, o que equivale à conclusão do ensino médio.

Indicador: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita)

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{soma dos anos de estudo das pessoas entre os 25\% mais pobres na faixa etária de 18 a 29 anos de idade}}{\text{população de 18 a 29 anos de idade entre os 25\% mais pobres}}$$

Abrangência: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Fonte: Pnad.

Série histórica: 2004-2013.

Comentários sobre o indicador: O indicador expressa a média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos de idade pertencentes ao primeiro quartil de renda domiciliar per capita, ou seja, aos 25% mais pobres. Por anos de estudo, consideram-se apenas as séries completadas. Por exemplo, se um indivíduo levou, em função de reprovação, 11 anos para terminar o ensino fundamental, ele será considerado como possuidor de 9 anos de escolaridade e não de 11. O objetivo da Meta 8 é que os indivíduos dessa faixa etária pertencentes aos 25% mais pobres completem 12 anos de estudo, o que equivale à conclusão do ensino médio. Para a construção dos quartis foi utilizada a variável denominada “Rendimento Mensal Domiciliar per capita”, que consta na base de dados em toda a série histórica. Essa variável decorre da divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de membros da unidade domiciliar, excluindo aqueles cuja condição na unidade fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

O quartil inferior engloba o grupo que foi denominado no texto como os “25% mais pobres”; o quartil superior, por sua vez, abrange o que foi denominado de “25% maior renda”. Esses valores podem ser observados a partir da análise das Tabelas 1 e 2.

TABELA 1 Pnad-valores dos quartis utilizados por ano (em R\$)*

Quartis	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Quartil inferior (25% mais pobres)	<= 106,00	<= 120,00	<= 140,00	<= 152,00	<= 180,00	<= 200,00	<= 248,00	<= 286,00	<= 314,00
Quartil superior (25% de maior renda)	>=410,00	>=457,00	>=512,00	>=566,00	>=635,00	>=686,00	>=821,00	>=936,00	>=1015,00

* Excluindo valores ausentes e incluindo valores zero (0).

Fonte: Pnad/IBGE – Elaborado pela Dired/Inep.

Indicador: Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\frac{\text{soma dos anos de estudo de negros na faixa etária de 18 a 29 anos de idade}}{\text{população de negros de 18 a 29 anos de idade}}}{\frac{\text{soma dos anos de estudo de não negros na faixa etária de 18 a 29 anos de idade}}{\text{população de não negros de 18 a 29 anos de idade}}} \times 100$$

Abrangência: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Fonte: Pnad.

Série histórica: 2004-2013.

Comentários sobre o indicador: O indicador representa a razão (expressa como um percentual, ou seja, uma fração de 100) entre a média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos negra (pretos e pardos) e a média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos da população não negra (brancos, amarelos e indígenas). Um valor igual a 100% expressa que negros e não negros possuem a mesma média de anos de estudo. Por anos de estudo, consideram-se apenas as séries completadas. Por exemplo, se um indivíduo levou, em função de reprovação, 11 anos para terminar o ensino fundamental, ele será considerado como possuidor de 9 anos de escolaridade e não de 11. O objetivo da Meta 8 é que as escolaridades médias de negros e não negros sejam igualadas.

INSTRUÇÕES AOS COLABORADORES DA SÉRIE PNE EM MOVIMENTO



A série documental *PNE em movimento* tem como objetivo divulgar estudos e pesquisas sobre as metas, as estratégias, os programas e as políticas públicas relacionadas ao Plano Nacional de Educação (PNE), objetivando maximizar o alcance da sua discussão, bem como atender aos requisitos da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que prevê que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicará estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas do PNE.

A série publica artigos autorais inéditos, resultantes de estudos e pesquisas que apresentem consistência, rigor metodológico e originalidade na abordagem do tema e contribuam para o monitoramento e a avaliação do PNE.

Como publicar na série PNE em movimento

Ao submeter um original para publicação na série, devem ser observadas as normas para apresentação de originais, conforme estabelece o Manual da Linha Editorial do Inep, disponível no endereço eletrônico <http://publicacoes.inep.gov.br/portal/subcategoria/41>, além das diretrizes especificadas a seguir.

1. Os artigos devem trazer referência explícita ao PNE, suas metas ou estratégias, em seu título e em seu resumo. Podem ser encaminhados em qualquer época, devem ter entre 25 e 45 páginas, 35.000 e 55.000 caracteres (com espaços) e ser redigidos em língua portuguesa.



2. Autoria: o número de autores por artigo não poderá exceder o total de quatro pessoas. Caso mais pessoas tenham participado da construção do artigo, recomenda-se mencionar em nota de rodapé o grau de colaboração dos participantes da pesquisa, caracterizando-os como estagiários, auxiliares de pesquisa, bolsistas etc.
3. Mídia: os originais deverão ser encaminhados em arquivo no formato *word*, digitados em espaço 1,5, com extensão de 35.000 a 55.000 caracteres, incluindo os espaços (a extensão do artigo inclui título, resumo e palavras-chave – em português e em inglês –, figuras, tabelas, gráficos e quadros). Os arquivos não devem exceder o tamanho de 2MB.
4. Ilustrações: a série é eletrônica, em cores, e as ilustrações deverão possuir resolução a partir de 300 dpi, acompanhadas de fontes e de títulos que permitam compreender o significado dos dados reunidos. Os quadros, as tabelas e os gráficos (de preferência em *excel*) deverão obedecer às normas de apresentação tabular do IBGE. As fotografias, desenhos e mapas serão aceitos se apresentados em condições de fácil reprodução.
5. Título: o título do artigo deve ser breve (máximo de 200 caracteres com espaço), específico e descritivo, e vir, também, traduzido para o inglês.
6. Resumos: os artigos deverão ter, obrigatoriamente, resumos informativos em português e inglês, com até 1.500 caracteres com espaço.
7. Palavras-chave: os artigos devem apresentar três a cinco palavras-chave referentes a seu conteúdo, em português e em inglês, escolhidas em vocabulário controlado: Thesaurus Brasileiro de Educação – disponível em: <http://inep.gov.br/pesquisa/thesaurus>.
8. Ineditismo: a série *PNE em movimento* segue as diretrizes básicas para a integridade da atividade científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (<http://cnpq.br/diretrizes/>), segundo as quais o “autor deve sempre dar crédito a todas as fontes que fundamentam diretamente seu trabalho” (item 1); “para evitar qualquer caracterização de autoplágio, o uso de textos e trabalhos anteriores do próprio autor deve ser assinalado, com as devidas referências e citações” (item 7).

Os artigos devem ser encaminhados exclusivamente para o *e-mail* seriepne@inep.gov.br, junto com o formulário de submissão de originais, que inclui declaração de originalidade e termo de cessão definitiva de direitos autorais.

Para obter o formulário para submissão de originais, as normas editoriais ou mais informações sobre a Série PNE em movimento, escreva para:

seriepne@inep.gov.br



CC BY-NC

VENDA PROIBIDA

